DAS RELAÇÕES DE PODER NO OESTE DE MINAS GERAIS

POWER RELATIONS IN THE WEST OF MINAS GERAIS

Gilberto Cézar de Noronha*

Resumo: Este texto tem como objetivo discutir as relações de poder no oeste de Minas Gerais. Investiga o funcionamento das principais estratégias de dominação utilizadas pelos líderes locais, embora não se encerram ao lugar específico analisado. Aqueles, em sua prática política se apóiam em redes familiares, na gestão da memória e na dependência econômica, na manipulação e na violência física e simbólica. Para tanto, foi necessário revisitar não apenas as estratégias políticas no âmbito público e privado, registradas em diferentes fontes históricas como os jornais locais, as correspondências privadas e os documentos oficiais. Os resultados encontrados apontam para a necessidade de reconsiderar a forma como a historiografia tem tratado o tema, sugerindo-se a atenção a outras escalas de análise e a reconsideração do papel ativo dos grupos ditos dominados no funcionamento da política local marcada pelo clientelismo, pelas relações privatistas e pela desconsideração do bem público.

Palavras-chave: Memória, História política, Relações de poder; Estratégias políticas, Oeste de Minas Gerais.

Abstract: This paper aims to discuss the power relations in western Minas Gerais. Investigates the operation of the main strategies of domination used by local leaders, but are not limited to the specific location analyzed. Those in their political practice rely on family networks, the memory management and economic dependence, handling and physical and symbolic violence. Therefore, it was necessary to revisit not only the strategies police in public and private sectors, using different historical sources such as local newspapers, private correspondence and official documents. The results point to the need to reconsider how the historiography has treated the subject, suggesting that attention to other scales of analysis and reconsideration of the active role of the dominated groups said the functioning of local politics marked by patronage, relations privates and disregard the notion of what is public.

Keywords: Memory, Political history, Power relations, Political strategies, Western Minas Gerais.

* Doutor em História Social. Professor Adjunto do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: noronha.gilberto@bol.com.br

Entrevista do dia:
- Acha justo calçar-se as ruas e praças apenas em frente das casas cujos moradores forem pessedistas, como vai ser feito?
- Sim, respondeu o deputado, pois, se a Prefeitura tivesse em mãos da UDN, só calçaríamos em frente das casas de correligionários.
O Tiroteio, jornal anônimo, Abaeté, 1954.

Meu avô [o médico e senador estadual Dr. José Cândido de Sousa Vianna] foi também prefeito aqui e no fim do século atrasado construiu o cemitério. Os adversários foram contra (...) e começaram a dizer: "ah! O quintal do Dr. Vianna". Por coincidência, quem morreu primeiro foi a filha do líder da oposição, [o comerciante] Chico Cocão. Foi enterrada a filha dele e acabou a oposição. Mas quando entrou um adversário, o Juquinha Feijó [José Feijó Álvares da Silva, 1935] (...), ele fechou o portão principal e abriu um do lado de baixo. Quando meu irmão foi prefeito em 1947 ele fechou o portãozinho lá de baixo e abriu o cá de cima. Passado uns anos, o Amador [Álvares da Silva] entrou, fechou o de cima e abriu o de baixo. Parece brinquedo, né! E quando eu entrei os companheiros falaram: "Agora Aloysio, você fecha um e abre o outro" e eu falei: "não vou fazer isso não! Eu vou deixar os dois abertos". E estão abertos até hoje. Os dois. Logo que eu entrei tive que enfrentar esse problema que resolvi dessa maneira: foi uma pá de cal na política brava de Abaeté.
Aloysio da Cunha Pereira, Abaeté, 2009.

Nós tá somando? Só no cabo da enxada...
Djalma, Cacique Kaxixó, Capão do Galinheiro, 2004.

Este texto faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre as configurações do Oeste de Minas Gerais, revisitadas em muitos de seus aspectos históricos, sociais e políticos. A questão geral que orienta a investigação "o que é o Oeste de Minas?" ocupa-se das formas de representação desse espaço feito região. A questão encontra aqui uma resposta provisória: o Oeste de Minas Gerais é um lugar de se fazer política. Desenvolvê-la e discuti-la é o meu objetivo e a estratégia escolhida é a problematização das imagens mais comuns a respeito do tema, que pretendem nos convencer da perenidade e da força de práticas políticas determinadas.

1 – O oeste de Minas politiqueiro e os lugares comuns da politicagem

Uma das representações mais comuns do oeste de Minas Gerais é a de que este seja "um lugar onde se respira política o tempo todo". Desde os primeiros registros setecentistas, este espaço tem sido caracterizado pelas lutas políticas intensas "travada em muitas frentes" (OLIVEIRA, 1991, p.3) embora as mais (re) conhecidas sejam as relações político-partidárias reconstituídas apaixonadamente desde as emancipações municipais da segunda metade do século XIX, nas crônicas jornalísticas, nas histórias e memórias da vida política local.

Os historiadores municipais[1], a imprensa local, ou mesmo as línguas afiadas que avolumam o burburinho costumeiro do disse-que-disse [2], têm se ocupado prioritariamente dessas disputas político-partidárias da vida na comuna, entendidas como "zonas perigosas"[3] normalmente polarizadas entre duas facções[4] apoiadas "em torno de grandes famílias" (ORLANDO, 1957, p. 99). Os primeiros quase sempre enfatizando as grandes realizações de progresso com os devidos créditos ao mandatário municipal responsável, cuja fama é feita, sempre que possível, em prejuízo à de seus adversários[5]. Outros, colhendo depoimentos dos "tempos fortes da política brava e violenta" (PEREIRA, 2009b), quando "todo mundo andava armado e saía muito tiroteio"[6], "repudiando a baixeza vil da futricaria" e desabonando a "desclassificada politicalha" – que ameaçava a vida frágil dos jornais locais de outrora, tanto quanto a falta de colaboradores, de leitores e assinantes interpretados como pertencentes a um meio social em "grau mediano de cultura" (LEITE, 1927) – sugerindo que, desde a década de 1970 "as coisas já melhoraram bastante" (OLIVEIRA, 1970, p. 414). E à boca pequena, ainda hoje, vozes interditas parecem querer nos alertar para a persistência de certa atmosfera abafada de conluios, dissídios e delações confabulados nos corredores das repartições públicas, nalguma queda de truco nas pracinhas, ou em qualquer outra "jogatina com o seu séqüito de brigas, immoralidades e morticídios" (COELHO, 1984, p. 191). Quem sabe aliança tramada em ambiente mais restrito como numa reunião

[1] Com o termo, refiro-me àqueles que escrevem história numa escala local, considerando como recorte privilegiado a circunscrição municipal. Pretendo evitar a distinção usual entre diletantes e profissionais não apenas porque os principais trabalhos existentes sobre a região, devemos aos primeiros, mas especialmente porque pretendo evitar a perigosa – e pouco discutida – supervalorização do trabalho do historiador profissional apoiada numa pretensa objetividade em detrimento da narrativa interessada dos diletantes. Para a lista completa dos trabalhos aos quais me refiro, consultar: NORONHA, Gilberto Cézar. *Viagem aos sertões enunciados: comphigurações do oeste de Minas Gerais*. Uberlândia: Programa de Pós-Graduação em História, 2011. p. 132-142. (Tese de doutoramento)

[2] Joaquim de Oliveira denunciava em 1904, o que nos parece ser "prática política" característica dos grupos marginalizados da chamada política partidária, que ele interpretava como "vadiagem": utilizavam como estratégia, "maldizer, cheios de eloqüência de todos os governos, desde o da União até a pequenina autoridade da roça" (OLIVEIRA, 1905. p. 1).

[3] Expressão corrente em Pompéu, em 1950, conforme (PIERSON, 1972, p. 246).

[4] A lista poderia ser extensa. Limito-me a citar os *vasquistas* e *gonçalvistas* de Pitangui, estudados por Silvio Gabriel Diniz, "Sedução" e "Flor de Amor", ou Partido Liberal e Conservador, em Abaeté; Cocais e Camargos em Luz. Cf. (DINIZ, 1969; OLIVEIRA, 1970; AZEVEDO, 2001).

[5] Para ficar apenas com um exemplo contemporâneo remeto o leitor à entrevista de Júlio Alberto Filho, rebatida por Mauro de Almeida Campos, publicadas respectivamente nas edições de fevereiro e março de 2008, da folha mensal comunitária de Abaeté: "Nosso Jornal". Cf. (ALBERTO FILHO, 2008, p. 13-15; CAMPOS, 2008, p. 2).

[6] "Com 17 metralhadoras e 183 carabinas, ganharemos as próximas eleições em Abaeté", galhofava um pasquim anônimo da cidade, "O tiroteio": publicado em folhas tamanho ofício datilografadas com carbono, que circulou em Abaeté em 1954". (NOSSO JORNAL, 2004).

de família, em acaloradas discussões por "detrás da moita"[7]. Nessas circunstâncias, difícil saber se avaliam bem o mérito de uma nova nomeação, um benefício concedido, a remoção de "pessoas com qualificação comprovada"[8], manobras (in)suspeitas de perseguição política sempre em nome do bom andamento da coisa pública e a serviço da amizade ou da retaliação.

A formação de uma nova "panelinha", as ambições políticas de uns e a bajulação de outros, as peripécias da situação e as "intrigas da oposição"[9] percebidas no jogo político do presente, atualizam práticas registradas no oeste de Minas Gerais, quiçá somente nele, desde o período colonial. Assim foram as mobilizações em torno da recepção hospitaleira a Inácio Correia Pamplona, ainda em 1769, recheadas de denúncias de abuso de autoridade, requerimento de benefícios e rasgada bajulação[10]. Também poderíamos nos lembrar de Eschwege e sua a descrição das ações dos soldados responsáveis pela fiscalização da passagem dos rios (portos), que nos oitocentos, arrecadavam o imposto em sociedade com a Coroa, "como se fosse praxe legal" retirar o seu quinhão (ESCHWEGE [1824], 1996, p. 88-90).

Enfim, nos termos de um dos importantes nomes da política partidária de Abaeté: "política no interior você imagina...!" (PEREIRA, 2009a), imbróglio difícil de enunciar. Pode perigosamente nos conduzir a uma dimensão mítica[11] das tramas sociais publicamente enaltecidas como parte inescapável da luta pelo bem comum – característica sistematicamente destacada nas biografias dos chefes políticos locais – colocada em prática por estratégias matutadas em alianças bem menos altaneiras e mais mundanas do

[7] Expressão utilizada pelo prefeito de Abaeté, Amador Álvares da Silva, em carta datada de 17 de agosto de 1931, enviada a Gustavo Capanema, à época Secretário do Interior de Minas Gerais, para descrever o posicionamento político de Frederico Campos, na organização do diretório do Partido Republicano Mineiro, em Abaeté. (Arquivo Gustavo Capanema. CPDOC. Rio de Janeiro. GCb/Silva A).

[8] Frase retirada da justificativa dada ao Estado de Minas em relação à contratação de parentes do Prefeito de Bom Despacho para atuar em programa de qualificação profissional. Cf. (ESTADO DE MINAS, 2010).

[9] Resposta de Haroldo Queiróz, prefeito de Bom Despacho às acusações de nepotismo, feitas em 2010. (Idem).

[10] "Aqui em São Simão [lado esquerdo do São Francisco], se ajuntaram muitas e diversas pessoas, a fazerem queixas uns dos outros, por respeito de terras, e mais trapaças que se contaram 87 brancos, fora o mais pardagem e negraria em quantidade". (NOTÍCIA, p.58).

[11] A propósito do tema, Marcos Lobato Martins escreveu que "o que mais se ouve, portanto, é dizer que a política mineira no interior é atrasada, caduca, dominada por coronéis, ou melhor, por um vago "neocoronelismo". Que os mineiros são acostumados a chefetes, a pequenas tiranias familiares, ao mundo raso das lutas de veados e caranguejos, gaviões e rolinhas, peludos e pelados, luzeiros e escureiros. Que os mineiros não sabem lidar com partidos e programas políticos consistentes, que fogem da política ideológica como o diabo da cruz. Por isso mesmo, os mineiros seriam visceralmente conservadores, até antimodernos no plano político. Eu penso que há, na base dessa caracterização da política mineira interiorana, um mito poderoso. O mito da política ideológica". Cf. (MARTINS, 2010).

que poderia fazer supor aquela reivindicada inspiração grega de uma política normativa, para além das paixões e interesses[12], reinante nos modelos de descrição das trajetórias políticas dos líderes locais.

Os mais considerados socialmente[13] (fazendeiros, médicos, advogados, delegados, negociantes, e até há pouco tempo, os párocos como padre Luiz Gonzaga em Dores do Indaiá, Padre Vital, em Abaeté, Padre Espíndola em Pimenta[14]) normalmente são aqueles que cuidam de *fazer a política* apoiados nas suas relações pessoais e nos laços familiares, nas amizades e na troca de favores sempre ciosos de demonstrar seu espírito público, energia e autoridade. Esta última, sempre buscada no apoio dos mais influentes com colocação em instâncias superiores da administração, traduzidas em "prestígio político" (LOPES, 2005), ainda que em prejuízo do município. Prestígio não raro utilizado em interesse próprio, às vezes em favor dos correligionários, mas sempre contra os adversários.

Em Abaeté, ainda hoje, são motivo de discussão as histórias sobre os prejuízos que o município angariou com a divisão política de 1882, quando os interesses pessoais e partidários estiveram (e ainda estão?) acima do interesse público: especialmente aquelas relacionadas à construção de um ramal ferroviário com destino a cidade, cuja estação estava para ser construída em suas cercanias, onde o prefeito tinha propriedades. Argumentam uns que o projeto fora desviado para a Barra do Paraopeba[15], tão logo a oposição conquistou o poder, rumando em direção às propriedades do seu sucessor. Ou ainda registram-se histórias sobre a suposta mudança do traçado da rodovia de Belo Horizonte a Brasília (BR-040) que, já na década de 1950, teria sido realizada, a pedido do líder da oposição, aliado de Juscelino Kubitschek, com o precípuo objetivo de não contribuir para o aumento do prestígio

[12] Penso especialmente nas dívidas que as caracterizações do bom político realizadas nessas biografias, têm com a ideia platônica de que "só é possível encontrar um bom governo onde a condição dos homens destinados ao poder é preferível ao próprio poder, porque só aí haverão de ter o poder os verdadeiros ricos, não em ouro, mas daquilo que devem ser ricos os homens felizes, isto é, de um modo de vida honesto e sábio". (PLATÃO. Livro VII, cap. V. p. 232).

[13] "Vá a Morada Nova ouvir as pessoas de conceito, vigário, auctoridades, negociantes, etc, e não cachaceiros como Derto e outras, apontados pelo chefe prestista Lopes e seus apaniguados", escrevia Amador Álvares. (CARTA de Antônio Amador Álvares da Silva a Gustavo Capanema de 17 de agosto de 1931. Arquivo Gustavo Capanema. CPDOC. Rio de Janeiro. GCb/Silva A).

[14] Apesar de a Igreja Católica proibir, desde 1915, o envolvimento dos párocos "na política local, pois está provado que o procedimento contrário muito prejudica o seu ministério, afastando de si uma parte de seus paroquianos", o envolvimento dos eclesiásticos na política local foi intenso desde pelo menos década de 1930, época em que se observa uma renovação do clero com a chegada de padres estrangeiros e de novos padres pelo Bispado do Aterrado, formados nas "novas" diretrizes romanas. Cf. (PASTORAL COLETIVA, 1950. p. 317). Para conhecer o conflito entre Padre Espíndola e seus paroquianos, decorrentes de seu envolvimento na política local, no ano de 1936, cf. (FARIA, 2008. p. 25).

[15] A estação da Barra do Paraopeba foi inaugurada em 1894.

político do prefeito local.

A disputa pelas versões dessas histórias ainda hoje atualizam e alimentam velhas rivalidades partidárias, vivenciadas sob formas mais simbólicas, como prática política que encontra suas variantes em toda a região. Ao invés de discutir suas "consequências", aproximemo-nos de um dos inúmeros exemplares encontrados nas galerias de homens públicos dos diversos municípios do oeste de Minas: tratemos da prática política de Antônio Amador Álvares da Silva, neto do Barão do Indaiá, para tentar entender melhor sua lógica de sustentação.

2 – Das artes de fazer política no Oeste de Minas

Em 1931, Dr. Antônio Amador escrevia para o Secretário do Interior de Minas Gerais, Gustavo Capanema, com o intuito de tratar de assuntos relativos à política local. Dirigia-se a ele "não como [a um] Secretário de Estado (...) mas como [a um] amigo e parente", forma preferencial de tratamento utilizada nos "assuntos políticos", entrelaçando relações pessoais e públicas:

> Desejo saber se houver certas atitudes aqui no município, onde sempre contei e ainda conto com uma quase unanimidade, terei o apoio do governo para uma atitude enérgica, com demissões, remoções, etc. tudo feito discretamente. Sei que sou algum tanto prejudicado (...) nos momentos de luta, pela fama prejudicial *[grifo no original]* em política que adquiri de extremamente tolerante e estou disposto a dar-lhe fim desde que, para tal, não tenha de saltar os limites da lei e da decência. É por isso que lhe faço esta pergunta, cuja resposta irá traçar o meu modo de agir (CARTA de Antônio Amador Álvares da Silva a Gustavo Capanema de 17 de agosto de 1931).

O remetente era um veterano da política local. Conforme levantamento de José Alves de Oliveira, Antônio Amador chefiou o governo municipal em Abaeté por quinze anos, em dois períodos distintos: como Agente Executivo[16] na Primeira República, de 01 de janeiro de 1916 a 17 de janeiro de 1924. E como Agente Executivo e depois como Prefeito, de 17 de maio de 1927 até 19 de janeiro de 1935. Quando escreveu a referida carta a Capanema, em 1931, era prefeito municipal indicado. A se considerar o longo tempo em que ocupou no cargo, sua estratégia de permanência mostrou-se muito bem sucedida, fazendo-nos crer terem sido benéficos para seu prestígio de homem público os seus (novos) contornos de intolerância. Aliás, era um estratagema complexo, embora não pudesse ser tomado como inédito na região: utilizava-se do prestígio político de que desfrutava junto a Ca-

[16]Cargo executivo criado pela Lei Estadual n. 2 de 14 de setembro de 1891, que poderia ser exercido cumulativamente por um vereador ou por pessoa estranha. Em Abaeté, enquanto houve o cargo, ele sempre foi exercido pelo Presidente da Câmara.

panema e da arbitrariedade (legal, "decente" e discreta) junto à população, na sua qualidade de amigo particular dos poderosos[17] e chefe do partido situacionista. Afinal, "isso era normal", conforme as lembranças que Júlio Alberto Filho (2001) guarda da história política de Abaeté:

> cada um que entrava na prefeitura queria limpar a área, tirar os adversários e colocar os seus partidários. A política aqui era uma política de família. (...) O mando era pessoal. Quando um tomava posse, demitia todos os funcionários que podia demitir e colocava os amigos deles. Isso era normal. Naquele tempo, o povo era despolitizado e analfabeto. A população estava, em sua maior parte, na zona rural. Cada povoado tinha seu chefe político, um fazendeiro rico que controlava 50 ou 100 eleitores (ALBERTO FILHO, 2008. p. 13).

No mesmo ano de 1931, Gustavo Capanema havia recebido outra carta com pedido semelhante àquele de Antônio Amador, também de outro Álvares da Silva. Dessa vez, de um José Maria, fazendeiro e criador da região de Pompéu, mais conhecido como Lilico das Cabaceiras. Este escrevia do Burity da Estrada, à época um influente distrito eleitoral de Pitangui. As semelhanças não estavam apenas na forma de tratamento como também no conteúdo da missiva que poderá ser importante fonte de informação sobre como atuavam os políticos locais em suas artes de exercer o poder:

> O caso é o seguinte: foram há tempos cortadas diversas escolas, inclusive a 2ª cadeira do Burityzal, ficando assim a dirigente da cadeira sem remuneração (...) somente com a expectativa e nada mais; me interesso por ela nem só porque é minha parenta, como também faz parte, tanto pai como marido, da nossa lucta política de muitos anos. (...) desejo a ela a reintegração da cadeira. [Além disso, foram] removidas, ou melhor, "promovidas" as outras professoras do Burityzal para o Grupo Escolar do Burity da Estrada [atual cidade de Pompéu, sede do distrito]. Muitas injustiças nesse ato (...) porque deixou sem instrução duzentos e muitos meninos neste logar (...), deixou sem remuneração tanto tempo uma que pertence aos nossos amigos políticos e pessoais e, como disse, promoveu outras de nossos inimigos políticos e pessoais, como muito bem conheceste. (...) Este ato tira o prestígio de todos os seus amigos em todo o município, entregando[-o] aos inimigos com toda força e poder: grande injustiça! Venho pedir-te (...) que seja este ato de remoção sem efeito, ou que sejam removidas para fora do município [as professoras beneficiadas], o que antecipadamente e de todo o coração apresento meus agradecimentos e de meus amigos daqui (CARTA de José Maria

[17]"[Francisco] Campos já como ministro, passou em sua terra natal – Dores do Indaiá – lá, se encontrou com um velho amigo e disse: - Pedro Lica eu agora estou mandando, o que você quer? - Chiquinho, eu estou querendo o bispado de Luz. O ministro, como sábio, o riso enfeitou o seu rosto." (Cf. GUIMARÃES, 1996. p. 156).

Álvares da Silva a Gustavo Capanema. 11 de março de 1931).

Os pedidos contidos nas cartas de Antônio Amador e Lilico das Cabaceiras eram essencialmente os mesmos. Constituíam parte tão fundamental quanto corriqueira de suas estratégias políticas locais. Sua execução exigia a utilização de todo o seu prestígio político, tanto para as solicitações de apoio à autoridade superior – que lhe cobrava os favores a seu tempo exigindo do líder local "todo seu interesse em favor da [sua] candidatura" ou de seus aliados, mobilizando os "demais companheiros" (TELEGRAMA de Gustavo Capanema a José Maria Álvares da Silva [cópia]. 8 de outubro de 1934) – quanto para evitar ou suportar as reações e retaliações dos adversários locais prejudicados nos seus atos administrativos. Reações muitas vezes violentas que transformavam a comédia em tragédia[18]. Ainda que a despolitização da maior parte da população, conforme observou Júlio Alberto Filho, pudesse não fazer da opinião popular ameaça séria ao (des)mandante municipal, por vezes, a luta entre as facções mobilizava, em diferentes intensidades, parcela significativa da população que se engajava e [re]agia.

No caso de Antônio Amador, seu prestígio político sustentava-se mais especificamente nos laços de amizade e parentesco colateral com Gustavo Capanema – autoridade que tinha atingido já "os primeiros degraus de sua carreira política"[19], seguindo os passos de Francisco Campos, cujas ligações também eram evocadas por José Maria Álvares da Silva – bem como na posição social que ocupava no município, como médico pertencente a uma das famílias ligadas umbilicalmente ao exercício do poder político na região. Uma pequena incursão nas suas relações de parentesco – permita-nos esse meneio genealógico, recurso já tão gasto na escrita das histórias municipais – talvez pudesse nos dar uma ideia da complexa rede de apoio familiar com a qual ele contava não muito distinta daquelas em que eram enleados e embalados também seus adversários, outros dos chamados líderes políticos da região.

Antônio Amador Álvares da Silva, filho do Desembargador Amador Álvares da Silva e de Isabel Carolina Álvares da Silva, era neto por parte de mãe, de D. Isabel Carolina da Cunha Sampaio e de Antônio Zacarias Álvares da Silva – o Barão do Indaiá, cujo título tinha sido obtido de D. Pedro II em 02 de agosto de 1879, mediante o pagamento de cem mil réis de emolumentos e trezentos mil réis de selos. Antônio Amador tinha, portan-

[18] "Infelizmente, quase que a comédia termina em tragédia; os nossos adversários, para mostrarem o seu regozijo e insultarem o sub-delegado do distrito [de Morada Nova], deram tiros durante toda a noite, o que levou o capitão a reagir pela manhã, prendendo um correligionário seu que estava armado de faca". (CARTA de Antônio Amador Álvares da Silva a Gustavo Capanema de 27 de abril de 1931).

[19] A expressão na verdade foi empregada por Waldemar de Almeida Barbosa para se referir à posição ocupada por Francisco Campos, quando eleito deputado estadual. (Cf. BARBOSA, 1964, p. 74).

to, uma ascendência, digamos, de "honra, privilégios, isenções, liberdades e franquezas" (OLIVEIRA, 1970, p. 383), enfim possuía fama de ser "gente de qualidade", conquistada em parelha com suas posses. Tipo social que o narrador das viagens de Pamplona constatou, ainda em 1769, ser tão raro nessas paragens (NOTÍCIA, p.57).

Para levar ainda à frente nossa busca pelos seus ascendentes, quem sabe encontrando precedentes daquela prática política vislumbrada pela leitura de sua carta endereçada a Capanema, observemos a linhagem de sua avó materna, Isabel Carolina, a Baronesa do Indaiá. Ela era uma dos oitos filhos de Joana Helena de Sá e Castro e do Major José de Deus Lopes. Este último, descrito pelo Governador Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello, em 1807, como um "oficial nativo e inteligente desses sítios" (RAPM, 1904. p. 389), embora tivesse nascido em Porto Feliz, capitania de São Paulo. Lopes veio para a região, como furriel incumbido de comandar a guarda do Indaiá e perseguir garimpeiros clandestinos, à época da descoberta do famoso diamante do Abaeté (1791). Nunca mais se afastou desse lugar, sendo ordenado para auxiliar os trabalhos de instalação da Real Extração Diamantina do Abaeté e Indaiá, em 1807. Com as ordens para a suspensão das atividades oficiais da Extração Diamantina, em 1808, o empreendimento foi entregue inteiramente aos seus cuidados. Já era Tenente quando, naquela região proibida passou a "responder por tudo que hé de S.ª A. R." (RAPM, 1904, p. 396).

Desde então, com o declínio das atividades de mineração, José de Deus Lopes, o bisavó materno de Antônio Amador, como muitos outros oficiais de seu tempo que serviam na região, deixou as fileiras[20] e passou a se dedicar à agricultura e à pecuária: tornou-se grande fazendeiro. Era dono, por exemplo, da Fazenda de Sant'Anna, cuja sede localizada a 18 quilômetros da atual cidade de Abaeté, ficou de pé até 1962. Em 1811, o barão de Eschwege dava notícias de que "o comandante do Indaiá, José de Deus Lopes, Capitão do Regimento da Cavalaria de Minas" – com quem o alemão teria entrado em atritos durante suas pesquisas mineralógicas na região (RAPM, 1897, p.765) – tinha se tornado "um pequeno déspota [forma pela qual] governava os escassos habitantes espalhados pelos arredores" (ESCHWEGE, 1979. p. 171). Em 1816, o próprio Eschwege, informava que José de Deus, já major aposentado, dedicava-se exclusivamente às suas posses (ESCHWEGE, 1996, p. 152), ampliando sobremaneira seu patrimônio e influência até a sua morte, em 1839 (OLIVEIRA, 1970. p. 25).

A partir de 1853, o genro de José de Deus Lopes, Antônio Zacarias

[20]Eschwege, que não raro se indispunha com as autoridades locais incluía José de Deus Lopes entre os "soldados displicentes [qu]e pouco respeitam os superiores [já que] não querem saber de subordinação alguma". Observa que grande parte dos povoadores da região tinham sido soldados: "que escolhem o lugar em que gostariam de ficar, pois possuindo algum dinheiro por ocasião da baixa, ali se estabelecem e contraem casamento. Narra também o caso de um soldado que conseguiu atestado falso de doença para dar baixa e se casar com a filha de um fazendeiro. (Cf. ESCHWEGE, 1996, respectivamente, p. 98, 94 e 135.)

Álvares da Silva, o futuro Barão do Indaiá, veio da Abadia (hoje Martinho Campos), distrito pertencente a Pitangui, para assumir o controle da Fazenda de Sant'Ana, ampliando os negócios. Assim, a fazenda de Sant'Ana consolidou-se como importante núcleo agrícola da região, fazendo parelha com o núcleo do Pompéu (cf. NORONHA, 2007). Não em extensão, mas como importante rota de autoridades recebidas com a hospitalidade sempre "exercitada em elevado grau"[21] por estas paragens, prática política costumeira entre os líderes locais desde pelo menos os tempos de Pamplona[22]. Nas representações cartográficas do período colonial, a fazenda de Sant'Anna aparece como um dos derradeiros pontos de referência dos limites problemáticos entre Minas Gerais e Goiás (Cf. TORRES, 1924, cap. II). Narrativas de viajantes, como Freyreiss, em 1814, informam que, para o oeste, depois da fazenda de Sant'Ana, não se encontrava "nenhuma habitação" (FREYREISS, 1982. p. 64). As histórias municipais se referem a ela como o lugar onde viveu um dos líderes do movimento para a emancipação política de Dores do Indaiá e Abaeté: o Barão, pai, avô e bisavô de chefes políticos importantes nessas comunas, como Frederico Zacarias, Antônio Zacarias (Dr. Nico) e o próprio Antônio Amador, o neto do Barão do Indaiá que já surpreendemos escrevendo a Gustavo Capanema.

Tão logo assumiu a fazenda de Sant'Ana, em 1853, "como não descurava da boa administração de seus negócios, cujo principal era a fabricação de açúcar e aguardente, o futuro Barão do Indaiá prosperou e enriqueceu" (OLIVEIRA, 1970, p. 25)[23]. Antônio Zacarias Álvares da Silva tornou-se, na avaliação de José Alves de Oliveira, chefe político incontestado pela sua abastança, que lhe proporcionava escravos, agregados e afilhados, uma base política importante para o exercício da política partidária, cujo sucesso lhe tornou possível ocupar sucessivos cargos na administração municipal. Esteve à frente das primeiras Câmaras de Dores do Indaiá e Abaeté, estendendo a seus descendentes "seus dons inatos de líder e suas relações de parentesco e amizade com militantes categorizados da alta política, como o Conselheiro Martinho Álvares da Silva Campos" (OLIVEIRA, 1970, p. 382). Parece ter transmitido também o seu jeito de fazer política, não muito distante da forma sugerida pela carta de

[21] Expressão de Eschwege, ao registrar sua estada em Formiga. (ESCHWEGE, 1996, 81).

[22] "Manoel Barbosa veio nos esperar com outros sujeitos uma légua antes de chegarmos a sua casa", registrava Dom Manoel, em sua visita pastoral a Moradinha [Morada Nova de Minas] de 1922, (cf. LUZ DO ATERRADO, 21 out. 1922. p.1) descrevendo cena muito semelhante às vividas pela comitiva de Pamplona em 1769. "A meia légua antes de chegarmos ao [sítio do Bernardo Homem], esperava [o mestre de Campo Inácio Correia Pamplona] o dito homem." (Cf. NOTÍCIA, p. 56).

[23] Francisco Paula Oliveira, Engenheiro de Minas formado pela escola de Minas de Ouro Preto, que foi sócio do Barão do Indaiá na tentativa de exploração do ferro na região, escreveu em 1881 que "o assucar é fabricado em escala regular pelo Barão do Indaiá e outros fazendeiros do Abaeté". (Cf. OLIVEIRA, 1881, p. 93).

seu neto, Antônio Amador, a Gustavo Capanema ou pelas biografias de seu tio Antônio Zacarias Álvares da Silva (Dr. Nico)[24], que fora casado com a mãe de Francisco Campos. Aliás, este último, o "ministro fazedor de lei" (OLIVEIRA, 2004), um pouco antes da data em que foi escrita a carta de Antônio Amador, tinha deixado a Secretaria do Interior de Minas Gerais para ocupar o cargo de Ministro da Educação e Saúde de Getúlio Vargas. Sua vaga no governo mineiro foi deixada para Gustavo Capanema – o destinatário das cartas de Antônio Amador, de Abaeté, e de José Maria, de Pompéu. Quer dizer, o sobrinho do Dr. Nico recorria à autoridade que o enteado de seu tio tinha "outorgado" a Gustavo Capanema. Ainda que essa parentalha seja confusa, não é difícil imaginar as motivações que Capanema, Secretário de Estado, teria para atender solicitamente aos pedidos dos políticos do oeste de Minas Gerais. Tratava-se de coisa de família tramada numa intrincada rede familiar de amizades construída desde o berço.

Talvez não seja prudente continuar nossa incursão nesta teia de relações "políticas e pessoais" de amizade e parentesco, para fazer referência ao vocabulário político de José Maria Álvares da Silva. Isto poderá nos fazer perder o rumo, ou quem sabe repisar um mesmo terreno já mapeado – ainda que numa outra escala – pelas histórias de fundação e melhoramento dos municípios do oeste de Minas, como Pitangui, Dores do Indaiá, Abaeté, Pompéu, por exemplo. Estas poderiam nos [re]conduzir facilmente a muitos desses nomes evocados. Não seria necessário dizer que todos eles têm relação de parentesco que os fazem reconhecer e serem reconhecidos como "herdeiros políticos de Joaquina do Pompéu".

Enfim, para o espaço restrito desse artigo estas informações parecem já suficientes para dizer que os laços de família e amizade pessoal e política prendem a grande maioria dos nomes destacados na política partidária municipal do oeste de Minas. A propósito, esta compreensão, digamos, *restrita* do termo política é fundamental para dar sentido à tese de que o modelo político das cidades do oeste de Minas seja devedor da família numerosa, da fazenda e da religião (HORTA, 1956). Aliás, a relação entre essas instituições parece não excluir a grande quantidade de eclesiásticos que se tornaram importantes líderes políticos locais, como por exemplo, Padre Luis Gonzaga em Dores do Indaiá e Padre Vital em Abaeté, que se apoiavam nessas relações pessoais e políticas, sem os laços de sangue, para também ocupar cargos públicos.

3 – Das artimanhas para sobreviver à política

[24]Filho natural do Barão do Indaiá. Nasceu na Abadia e 1847 e foi criado junto ao pai, na fazenda Sant'anna. Estudou medicina no Rio de Janeiro, foi especializar-se na Europa. Exerceu a profissão em Formiga, Pitangui, Abaeté, Patos de Minas, Carmo do Paranaíba, Dores do Indaiá, cujas passagens lhe renderam cargos na administração pública municipal e foi eleito em 1899, deputado federal pelo sétimo distrito de Minas Gerais. (Cf. OLIVEIRA, 1970. p. 391-393; BARBOSA, 1964, p. 105-109).

Mas e o povo, como tem participado da política local se muitas vezes não possui pertence às relações familiares tradicionais nem das instituições que fizeram a fama dos fazedores de política? Estes últimos, além do apoio da máquina pública chefiada por "políticos ilustres como Dr Antônio Amador" (NOSSO JORNAL, 2005), não dispensavam o apoio da polícia[25], que "espancava a todos, a torto e a direito" (COELHO apud SILVA NETO, 1984. p.132), especialmente os mais humildes considerados não "ativos na política".

Aqueles que não contavam com as redes de apoio familiar, por sua vez, com o couro quente da pratica política cuidavam logo de arranjar alguma coisa para sobreviver-lhe, quem sabe até mesmo obtendo nisso alguma vantagem dos políticos natos. Os seus recursos eram evidentemente bem mais escassos, mas suas táticas parecem muito semelhantes aos membros de "boa família". Nesse sentido, a bajulação e a relação de subserviência com algum amigo poderoso poderiam ser consideradas práticas fundamentais também na escala de atuação dos líderes locais e, digamos, dos liderados, portanto, prática generalizada, experimentada por diferentes sujeitos, em diferentes níveis da escala social: seja na relação entre um indicado, o padrinho intermediador e o administrador público, seja entre o fazendeiro e seus agregados, e mais recentemente numa relação particularíssima de favores, benefícios e promessas entre o eleitor e o candidato. Relações de violência física ou simbólica, de hierarquização e humilhação num perigoso jogo de interesses dinâmico e instável.

Correu como boato consolidado de verdade tão tênue quanto aquelas informações divulgadas nos boletins anônimos lançados às vésperas de eleições – a versão mais atual de disseminação de uma arma política bastante antiga na região como a calúnia e a difamação – que certo mandatário municipal, às vésperas do pleito, teria comparado o processo eleitoral de sua comuna – especialmente a relação que se estabelece entre a dita elite política local e o povo – à complexa arte de tratar de galinhas[26]. Segundo sua tese, para ter êxito nas eleições, o candidato deveria apenas jogar um milhozinho que os eleitores viriam. O bom político, nesse sentido, deveria ter o bom senso do tratador de galinhas: jogar o milho apenas na hora e na quantidade

[25]"Nesse tempo [até a década de 1950], a polícia, que era um fator muito importante na política, estava do nosso lado. Levamos a polícia conosco para o comício no Cedro [do Abaeté]". (Cf. ALBERTO FILHO, 2008. p. 14).

[26]Diferentemente dos boatos sobre Joaquina do Pompéu – as ditas histórias de maledicência – não foi fácil encontrar quem autorizasse a utilização de seu relato para confirmar a existência do boato talvez por receio de constrangimento ou "perseguição política". Como não pretendemos comprovar ou refutar a veracidade do comentário, registrando meu próprio testemunho do fato: qual seja, a existência do boato, limito-me a compartilhar o comentário sobre a repercussão do caso, feita por José Ferreira da Cruz, alertou-nos para o fato de que: "O povo fala demais. Inventam tudo quanto é trem na época de eleição. Ninguém ouviu ele falando, só os outros dizendo que falou". (CRUZ, 2004).

certa para que elas viessem ao terreiro. Quem sabe o mentor daquela comparação tivesse em mente a associação do bom político à astúcia da raposa prestes a dar o bote nas galinhas – aves tão famosas no reino dos animais domesticados pela sua precária noção de satisfação, engolindo sem limite o milho quanto haja disponível ou até que lhes estoure o papo.

Alguns certamente consideraram a analogia pejorativa, bastante inadequada para traduzir as festividades de inauguração do calçamento parcial da rua principal de um dos distritos do Município, às vésperas daquela eleição. O discurso inaugural, assistido por muitos e testemunhado por poucos veio reafirmar a promessa de que a obra teria continuidade no ano seguinte, tão logo fosse vitorioso o candidato da situação na linha de sucessão. Outros poderiam mesmo ter lhe reconhecido os méritos de certa inspiração maquiavélica[27] – no sentido mais estrito do termo, ressalvemos – ao interpretar o caso, porém, poucos teriam argumentos consistentes para discordar da pertinência da analogia, seja em relação à estratégia utilizada pelo governante ou à sua eficácia e eficiência junto aos governados.

Poderíamos tomar essa imagem, e a ênfase que dá às características animalescas dos envolvidos na política, não apenas dos príncipes, mas também as dos súditos para pensar a interessante combinação de papéis, expectativas e responsabilidades que, em última análise, sugere uma simbiose entre os considerados políticos locais e o povo, para além dos esquemas de oposição, mormente utilizados para designar essa relação: entre culpados ou inocentes, perdedores ou vencedores, dominados e dominadores, os mandatários e os dependentes, a personalidade e a massa, *ignara* – como diria Joaquim José de Oliveira. Esta oposição esquemática baseia-se na idéia de que apenas uma das partes seria ativa e interessada – não diríamos necessariamente consciente! No entanto, os dois sujeitos dessa relação são comumente representados como "escravos" dos seus desejos de ganhar a política [a qualquer preço] e ganhar com a política [a um preço qualquer]– enfim, tanto o político quanto o eleitor estariam entregues aos seus apetites, o que em termos foucaultianos, inspiraria cuidados em dobro[28].

A história dos fazedores de política tem sido escrita com tintas fortes dando destaque às suas trajetórias familiares e pessoais: genealógica, minuciosa e laudatória, narrativa dos esforços e sucessos na modificação das circunstâncias materiais – as suas realizações, impressas nas placas de inauguração ou nos tipos dos jornais locais, quase sempre sustentados pelo partido político da situação – insinuante das suas habilidades na conquista

[27] Maquiavel concordava com os antigos escritores que aconselhavam aos príncipes "saber empregar convenientemente o animal e o homem" e que, quando precisasse empregar a natureza da besta, "dela tirar as qualidades da raposa e do leão". (MAQUIAVEL, 1996, p. 101).

[28] Refiro-me à sua posição sobre a o cuidado de si como prática de liberdade. (FOUCAULT, 2004).

de civilização, modernização, progresso e desenvolvimento, bem como da manutenção das relações sociais ou dos "estados de dominação" herdados de seus antepassados. A história do povo malgrado a generalização que o concebe às vezes como massa ignara, corja manipulável corruptível ou mesmo corruptora, eternamente insatisfeita, tem lá as suas gradações e distinções fornecidas por este próprio olhar 'essencialista' predominante nas análises das relações políticas no oeste de Minas: os aliados, os meus eleitores, os correligionários, os inimigos e os amigos políticos e pessoais, "as galinhas", ou quem sabe, "os frangos" que, nessa forma de percepção, refere-se à maioria da população vista como massa manipulável ou alienada. Esta participaria das festas da política, mas nunca a fariam – seriam feitos! Quem sabe com angu e quiabo, à moda da terra.

4 - Mas afinal, o oeste de Minas é um lugar de se fazer política ou de ser feito por ela?

Sem desconsiderarmos a ubiquidade que o termo pode assumir, quando todo ato poderá ser tido como político, quando até mesmo não fazer nada pode constituir-se em importante forma de ação, observamos que os historiadores municipais que se ocuparam do tema compreenderam o ato de *"fazer política"* num sentido bastante específico. Nessa concepção, quem faz política no oeste de Minas Gerais parece ser aquele que assume determinadas funções na luta política partidária local. Características bem específicas que restringem a compreensão das relações de poder[29] a estados de dominação, camuflando as técnicas, reduzindo-as a situações localizáveis e limitadas. Tomando emprestadas as características pelas quais José de Oliveira qualifica os chefes políticos locais de Abaeté, poderíamos dizer que para fazer política é preciso ter um "espírito público", ser inteligente e possuir, ao mesmo tempo, "um caráter enérgico e autoritário" [30]. Acreditam alguns que também tem que ser rico! Seja em terras acolhedoras dos agregados e afilhados como nos tempos em que não havia a lei do usucapião, seja

[29]Fiquemos com a definição do termo, conforme Foucault: relação de poder entendida como qualquer relação em que "um procura dirigir a conduta do outro. São móveis, reversíveis e instáveis. Só há relação de poder quando há necessariamente possibilidade de resistência, há ainda liberdade – por mais estrita que ela seja" (FOUCAULT, 2004, p. 276).

[30]Descrição das características do Tenente-Coronel Teófilo Ezequiel: "simpático, e de maneiras agradáveis, tinha no físico e na fibra, todas as características de um chefe, nem lhe faltando o caráter enérgico e autoritário que se mostrava insopitável, quando sua vontade se contrastava com a de outrem. (OLIVEIRA, 1970. p. 298). Donald Pierson, em 1956, recolhe entre os moradores da região informações sobre as características que consideravam necessárias a um chefe político, não muito diferentes daquelas. (Cf. PIERSON, 1972. p. 255-257).

para comprar os votos na atual conjuntura democrática[31],

Já os estudiosos que procuram compreender a dinâmica regional de Minas Gerais, ocupando-se especialmente dessas práticas políticas – ou diríamos, valendo-nos ainda uma vez do vocabulário de Foucault, desses estados de dominação[32] – enfatizando o "senso de lugar" (WIRTH, 19820) dos grupos dominantes. Perspectiva não necessariamente oposta à dos historiadores municipais, mas operando noutra escala de observação, destaca a capacidade das elites políticas locais superarem as desavenças municipais, "irreconciliáveis" aos olhos dos primeiros, para alcançar as esferas mais amplas da administração, desde o Império até na República. Nesse sentido, o oeste de Minas tem sido reconhecido como um *"vasto domínio político"* do chamado "clã de Joaquina do Pompéu"[33]: conservador, coeso e influente, apesar de oriundo de um espaço caracterizado como de pouca importância econômica – lugar que até hoje não saiu do terreno da esperança de progresso econômico – e pouco significativo do ponto de vista populacional e/ou eleitoral. Esta caracterização tem sido tomada como tese válida desde pelo menos o ensaio de Cid Rebelo Horta, publicado em 1956 (HORTA, 1956, p. 43-91).

Já são conhecidas determinadas relações de poder configuradas nas tramas simbólicas em torno das histórias e memórias de Joaquina do Pompéu que atuam naquela propalada coesão do grupo, nas redes de apoio, da educação política das elites pela convivência familiar, bem como nas estratégias de resistência (NORONHA, 2007). No entanto, reconheçamos ainda uma vez: a ênfase na sua figura específica não possibilitou ainda proble-

[31] Conta um candidato a vereador de Abaeté, em relação às eleições de 1988: "Aconteceu o seguinte: a) Vários candidatos foram votados por eleitores de suas famílias (...) b) ** c) Dinheiro - apareceram os mais estapafúrdios pedidos. Vejam só: um eleitor me pediu 20 mil cruzados para levar sua sogra para BH, para ser operada de hemorróidas. Outro me pediu 10 mil cruzados para inteirar 50 mil, a fim de abrir uma Caderneta de Poupança. Um casal apareceu me pedindo um par de alianças de ouro a troco de dois votos. Outro, um colchão de casal, pois sua filha havia arranjado um companheiro e não podia dormir em cama de solteira. Houve ainda pedido de cinco engradados de refrigerantes para o aniversário do filho (a cachaça já havia ganho de um fabricante local), quédis para a mulher e cinco filhos. Acreditem que uma eleitora me apareceu dizendo que suas galinhas tinham amanhecido tristes - o galo havia morrido e ela precisava de dinheiro para comprar outro, já escolhido, muito bonito, parecendo um galã de novela, imaginem! (...). Fora os tradicionais pedidos de dentaduras, etc, etc...". (ALBERTO, 2002).

[32] "Quando um indivíduo ou grupo social chega a bloquear um campo de relações de poder, a torná-las imóveis e fixas e a impedir qualquer reversibilidade do movimento – por instrumentos que podem ser tanto econômicos quanto políticos ou militares". (FOUCAULT, 2004, p. 266).

[33] "O chamado clã de Joaquina do Pompéu é ainda hoje dono de um vasto domínio político. Tem como seus grandes núcleos Pitangui, onde trava acesa luta, Pompéu, onde a situação nunca deixou de ser inteiramente sua, Dores do !ndaiá, onde domina desde 1860, Abaeté, onde os chefes das duas facções pertencem à família, e Pará de Minas, estendendo a sua influência ainda pelos municípios de Curvelo, onde tem elementos chefiando as duas facções antagônicas; São Gonçalo do Pará, Mateus Leme. Em Patos de Minas, os seus parentes Maciel sustentam uma luta quase secular com os Borges, que se destacam entre o primeiros povoadores do Oeste." (HORTA, 1956. p. 77).

matizar a suposta centralidade que Joaquina do Pompéu tem ocupado nas caracterizações das práticas política do oeste de Minas Gerais. Talvez seja necessário concordar com John Wirth quando ele conclui que a "história de Minas não pode ser descrita, unicamente como a história das famílias de prestígio" (WIRTH, John. 1982. p. 124), e pensar melhor as relações de força que constituíram o oeste de Minas como espaço político, nas tramas de regionalização, em suas diversas nuances, evitando interpretar as formas de fazer política herdadas de Joaquina do Pompéu como legítimos estados de dominação. O jogo do político acontece no oeste de Minas por meio de relações instáveis, dinâmicas e atuais, para além e aquém dos domínios de Joaquina do Pompéu.

Para tanto, é necessário lidar com outras escalas de observação, outros vestígios e outras formas de enunciação do sujeito na tentativa de compreender melhor as formas de participação política. Nesse sentido, seria pertinente fazer referência a diversas possibilidades de análise das relações de poder instituídas nesse espaço. Da política que se faz e de que as pessoas que se identificam a esse espaço são feitas, constituídas, enquanto sujeitos. Não apenas a política partidária, mas a cultural, econômica, religiosa, identitária. Estas poderiam ser surpreendidas em suas formas instáveis – nas configurações – percebidas como: a) (des)engajamento em relação aos projetos de desenvolvimento regional, (como as disputas pela liderança político-econômica entre Dores do Indaiá e Abaeté, até os anos 1970) ou em relação à educação, à industrialização e modernização; b) o (des)interesse pelas atividades culturais que têm como premissa certa idéia restritiva de cultura; c) a busca de (re)conhecimento e na prática do Congado e do Reisado e nas práticas religiosas não católicas com o espiritismo, o protestantismo e a maçonaria, combatidos com tanta veemência pela Igreja Católica, no início do século XX[34]; d) as lutas identitárias dos quilombolas da Tabatinga, em Bom Despacho, e dos índios Kaxixós de Martinho Campos; e) a luta pela reforma agrária em Pompéu; f) o (des)interesse pelo trabalho (preocupação da imprensa local desde o fim da escravidão) e pela escola, desde os anos 1970 (FIÚZA, 1977, p. 2); g) a indiferença à autoridade, seja pela idéia de um desengajamento político ou pela fama de ser o Oeste de Minas um espaço revoltoso (FURTADO, 2006; ANASTASIA, 1998; CUNHA, 2009).; h) a vontade e ou necessidade de "ir embora" para outros lugares em busca de reconhecimento, levando o orgulho da terra natal (VARGAS, 2006). ou mesmo a vergonha (CARDOSO, 2010). das origens "interioranas" (JOÃO PAULO & EDUARDO, 2010).

Considerações finais

[34]O Bispo Dom Manoel nota, em 1926, que em Arcos e formiga havia tentativas de implantar "não só o protestantismo, mas o espiritismo e a maçonaria, no Congresso de Educação Evangélica". (COELHO, apud. SILVA NETO, 1984. p. 225).

Pudemos observar algumas práticas políticas consideradas dominantes no oeste de Minas: a execução de uma obra pública para atender a interesses particulares favorecendo o grupo de correligionários, as disputas locais pelo domínio político, restrito às lutas partidárias e contando com a "alienação" dos eleitores, considerados ignorantes, *"só no cabo da enxada"* e lembrados apenas no momento do voto ou trabalhando em terras alheias.

Não seria difícil encontrar na teoria política, conceitos apropriados para interpretar essas relações como formas generalizadas em todo o país. Formas que bem poderiam bem classificadas como relações clientelistas, já que envolve a utilização do bem público para beneficiar interesses privados. Não apenas poderíamos encontrar suas *"raízes históricas no período colonial"* (SCHWARZ, 1991)– numa generalização temporal – como sua abrangência espacial nacional, tal como concluiu Graham: não se restringindo ao local ou ao regional, mas como clientelismo, prática generalizada que *"gerou o Brasil"* (GRAHAM, 1997. p. 332)[35].

As nomeações e remoções por critérios pessoais, mais do que por mérito, as perseguições e os apadrinhamentos surpreendidas nas cartas trocadas entre os chefes políticos locais e seus parentes que ocupavam cargos na esfera estadual e federal, poderiam muito bem ser interpretados como práticas tipicamente patrimonialistas (HOLANDA [1933], 1995; FAORO [1957], 2004), mais passionais que racionais – cordiais, diria Sérgio Buarque de Holanda (1995) –, mais pessoais que impessoais. A utilização da polícia, da força pública, e de seu poder repressivo para afugentar os candidatos adversários, em nome de interesses privados sugere que essas duas características mais amplas (o clientelismo e o patrimonialismo) eram sustentadas no oeste de Minas por relações de mandonismo em que a violência física e simbólica, a intimidação e a dependência social e econômica tornaram possível o surgimento de verdadeiros *"caciques políticos"*: do período colonial, poderíamos convocar a figura de João de Deus Lopes; do império, quem sabe seu genro que se tornou Barão do Indaiá e sua ilustre descendência, filhos e netos, alguns ainda fazendeiros, outros médicos e advogados, que na república se tornaram presidentes das Câmaras, vereadores, prefeitos municipais, deputados, senadores.

Os dados confirmariam nuances das teorias que enunciaram esses conceitos usuais na interpretação da história política brasileira: ao observar a trajetória das famílias locais como a de Joaquina em Pompéu e a de João de Deus Lopes em Abaeté, seria possível observar que, quanto aos métodos, o mandonismo sofreu uma queda e que os recursos estratégicos desses líderes, consolidados no século XVIII, decaíram com o fim da primeira república. Entretanto, o que

[35] Para uma crítica ao conceito de clientelismo de Graham, cf. (CARVALHO, 1997).

explicaria a permanência de seus descendentes no poder seria muito mais o clientelismo – um fenômeno que não é local, nem datado, portanto que pode ser identificado até o presente – ajudando-nos a compreender que a continuação dessas famílias "governamentais" (HORTA, 1956) no exercício do poder vai além do monopólio da terra.

Pode ocorrer tanto no campo quanto na cidade, sobrevivendo, por exemplo, à crescente urbanização dos municípios do oeste de Minas, desde os anos 1970, quando a população rural se dirige à cidade até hoje, quando a grande maioria da população dos municípios do oeste de Minas vive na cidade, ainda que as atividades econômicas principais desses municípios permaneçam ligadas às atividades agrícolas, especialmente à pecuária extensiva e à plantação de eucaliptos – atividades poupadoras de mão-de-obra.

A primeira geração desses fazendeiros que encontra dificuldade em se apoiar na grande propriedade e nas atividades rurais e busca novas estratégias para o domínio político teria sido aquela do momento em que Victor Nunes Leal enxerga o período histórico estrito do coronelismo: a primeira república e seu ocaso. Uma fase de declínio do privatismo em que os políticos locais começam a perder as condições de exercício de seu poder de mando e precisam de apoio de outras esferas de governo para controlar o município.

É nesse período que Francisco Campos assume uma secretaria do estado de Minas Gerais e, depois, um ministério de Getúlio Vargas. É nesse momento que se inicia a carreira política de Gustavo Capanema, transcendendo os limites do município de Pitangui. As cartas freqüentes de políticos locais pedindo ajuda para uma nomeação, uma perseguição aos adversários, poderia sugerir essa troca de favores entre os poderes, em que o líder local se baseava mais no apoio das outras esferas de poder do que no seu poder de mandatário local. Poderíamos dizer que quase se configuravam como parte do sistema que Leal chamou de coronelismo (LEAL, 1997).

Portanto, não seria difícil reconhecer a existência dessas relações políticas no oeste de Minas, já bastante estudadas em outros lugares. Sua inclusão numa forma compartilhada – um estilo – de compreender as relações políticas no Brasil seria tão elementar quanto o consenso em reprová-las e a necessidade de superá-las. Seja pela sua sustentação na violência, em condições sociais, culturais e materiais desiguais e particularistas, seja pela sua vinculação ao que se considera arcaico, atrasado e não-moderno, não há dúvida de que essas relações devem ter fim, mas apenas o seu julgamento moral não garantem a sua derrocada.

Referências

Fontes:

ALBERTO FILHO, Júlio. Conhecendo a história política de Abaeté. Entrevista. **Nosso Jornal: folha comunitária de Abaeté.** Abaeté. fev. 2008, p. 13-15.

ALBERTO, Sizínio. Causos de Abaeté. **Nosso Jornal: Folha Comunitária de Abaeté.** Abaeté, 01 de setembro de 2002.

AZEVEDO, Djalma Alves de. **Um pouco de Luz.** Belo Horizonte. Sindicato dos Escritores do Estado de Minas Gerais, 2001.

CAMPOS, Mauro de Almeida. Esclarecimentos sobre a história política de Abaeté. Cartas. **Nosso Jornal: folha comunitária de Abaeté.** Abaeté. mar. 2008, p. 2.

CARTA de Antônio Amador Álvares da Silva a Gustavo Capanema de 17 de agosto de 1931. Arquivo Gustavo Capanema. CPDOC. Rio de Janeiro. GCb/Silva A.

CARTA de Antônio Amador Álvares da Silva a Gustavo Capanema de 27 de abril de 1931. Arquivo Gustavo Capanema. CPDOC. Rio de Janeiro. GCb/Silva A.

CARTA de José Maria Álvares da Silva a Gustavo Capanema. Fazenda da Lapa, 11 de março de 1931. Rio de Janeiro. CPDOC, Arquivo Gustavo Capanema. GCb/SILVA, José Maria.doc. 4.

CARTA pela qual Vossa Majestade Imperial há por bem fazer mercê ao coronel Antônio Zacarias Álvares da Silva do título de Barão do Indaiá. Apud. OLIVEIRA, J. A. de. **História de Abaeté: temperada com um pouco de sal e pimenta.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970. p. 383.

COELHO, Dom Manoel Nunes. Visitas pastorais - 1926. Apud. SILVA NETO, Dom Belchior J. **O Pastor de Luz: na comemoração do centenário de Dom Manoel.** Luz. Littera Maciel, 1984.

CRUZ, José Ferreira da. Paineiras. 12 de novembro de 2004. Entrevista.

LEITE, Nicolau T. Editorial. **Bom Despacho**. Ano 4, n. 150, 27 de março de 1927.

LOPES, Gerson. Dr. Amador era um Deus para muita gente. **Nosso Jornal.** Abaeté. 01 de julho de 2005.

LUZ DO ATERRADO. Luz. 21 out. 1922.

NOSSO JORNAL. Folha comunitária de Abaeté. Abaeté/MG, 01 de agos-

to de 2004.

NOTÍCIA diária e individual das marchas[,] e acontecimentos ma(i)s condigno(s) da jornada que fez o Senhor Mestre de Campo, Regente[,] e Guarda(-)mor Inácio Corre(i)a Pamplona, desde que saiu de sua casa[,] e fazenda do Capote às conquistas do Sertão, até se tornar a recolher à mesma sua dita fazenda do Capote, etc.etc.etc. **Anais da Biblioteca Nacional,** v. 108, [1769] 1988, p.47-113.

Offº de S. Ex. de 22 de janeiro de 1808. **Revista do Arquivo Público Mineiro** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, Ano IX, jan-jun, 1904. p. 396.

OLIVEIRA, Djalma V. de. Cacique Kaxixó. Martinho Campos, 06 dez, 2004. Entrevista.

PEREIRA, Aloysio da Cunha Pereira. Abaeté MG, 24 abril 2009a. Entrevista.

PEREIRA, Aloysio da Cunha Pereira. Entrevista a Chistiane Soares. **Nosso Jornal: folha comunitária de Abaeté.** Abaeté. 01 ago. 2005. Disponível on-line em http://nossojornalabaete.com.br/ Acesso em 05 set. 2009b.

Rgº do Offº do Exmo. Snr. General de 26 de 7brº de 1807. Revista do Arquivo Público Mineiro Belo Horizonte: Imprensa Oficial, Ano IX, jan-jun, 1904. p. 389.

RAPM - REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Belo Horizonte. Ano 2, IV, out-dez de 1897.

TELEGRAMA de Gustavo Capanema a José Maria Álvares da Silva [cópia]. 8 de outubro de 1934. Rio de Janeiro. CPDOC, Arquivo Gustavo Capanema. GCb/SILVA, José Maria.doc. 0161.

Bibliografia

ANASTASIA, Carla Maria Junho. **Vassalos Rebeldes.** Violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dores do Indaiá do Passado.** Belo Horizonte: s.ed., 1964.

CARDOSO, Pedro. Toda cidade tem o governante que merece. Fale com a Câmara. 23 maio 2006. Hipertexto disponível em http://cidnet.com.br/falecom/paineiras/camara/ Acesso em 23 fev. 2010.

CARVALHO, J. M. de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados.** Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

CUNHA, Vagner da Silva. **A 'Rochela' das Minas do Ouro? Paulistas na Vila de Pitangui (1709-1721).** Belo Horizonte: UFMG, 2009. Dissertação de Mestrado.

DINIZ, Sílvio Gabriel. **O Gonçalvismo em Pitangui.** Belo Horizonte: s/ed, 1969.

ESCHWEGE, W.L. Von . **Pluto Brasiliensis. [1777-1885]. Pluto Brasilienses.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979. v.2.

ESCHWEGE, W.L. von. **Brasil, Novo mundo.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996.

ESTADO DE MINAS. Prefeito de Bom Despacho emprega parentes no ProJovem. Belo Horizonte. 25 jan. 2010.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** 16. ed. Porto Alegre: Globo, 2004.

FARIA, Carlos Cesar. **O trabalho pastoral na diocese do Aterrado de 1918 a 1941.** Luz: Fasf/Luz, 2008. p. 25. (mimeo.)

FIÚZA, Rubens. **O Liberal.** Dores do Indaiá. Ano. 11, n. 568 de 12 de fevereiro de 1977. p. 2.

FOUCAULT, M. A ética do cuidado de si com prática de liberdade. **Ditos e escritos V, Ética, sexualidade, política.** Rio de Janeiro: Forense, 2004.

FREYREISS, Georg Wilhelm, **Viagem ao interior do Brasil.** Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Universidade de São Paulo. 1982. (trad. A. Löfgren).

FURTADO, Júnia Ferreira. **Homens de Negócio**. A interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

GRAHAM, R. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

GUIMARÃES, Antônio Campo. **Chico Campos: O mago do Indostão.** Belo Horizonte: Santa Edwiges, 1996.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORTA, Cid Rabelo. **Famílias governamentais de Minas Gerais.**

Segundo Seminário de Estudos Mineiros. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 1956.

JOÃO PAULO & EDUARDO - RAUL GIL - PÉ QUENTE. Vídeo disponível em http://www.youtube.com/watch?v=-ufN--K1wsfA&feature=related Acesso em 15 de fevereiro de 2010.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 4.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997 [1.ed. 1948].

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe.** São Paulo: Nova Cultural, 1996.

NORONHA, Gilberto Cézar. **Viagem aos sertões enunciados**: comphigurações do oeste de Minas Gerais. Uberlândia: Programa de Pós-Graduação em História, 2011. (Tese de doutoramento)

NORONHA, Gilberto Cézar de. **Joaquina do Pompéu: tramas de memórias e histórias nos sertões do São Francisco.** Uberlândia: EDUFU, 2007.

MARTINS, Marcos Lobato. **Política Interiorana à moda mineira.** Hipertexto. Disponível em http://www.minasdehistoria.blog.br/2008/06/politica--interiorana-a-moda-mineira acesso em 15 de janeiro de 2010.

OLIVEIRA, Francisco de Paula. Exploração das minas de Galena do ribeirão do Chumbo. **Anais da Escola de Minas.** Ouro Preto, 1881. n.1.

OLIVEIRA, Joaquim José de. A vadiagem. **O Abaeté.** Editorial. Abaeté. Ano 1, n, 34, 28 de maio de 1905. p. 1.

OLIVEIRA, José Alves de. **História de Abaeté**: temperada com um pouco de sal e pimenta. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970.

OLIVEIRA, Itamar de. **Francisco Campos**: A inteligência no poder. Belo Horizonte: Libertas, 1991.

ORLANDO, M. Carvalho. Os partidos políticos de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte, v. 1. n. 2. Jul. 1957.

PASTORAL COLETIVA. **Constituições Eclesiásticas do Brasil**: Nova Edição da Pastoral Coletiva de 1915. Canoas: La Salle, 1950.

PIERSON, Donald. **O Homem no Vale do São Francisco**. Rio de Janeiro: SUVALE, 1972, Tomo 3.

PLATÃO. **A República.** São Paulo: Escala. S/d.

SCHWARZ, R. **Ao vencedor as batatas**. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1991

TORRES, Manoel Fernandes. **A Questão dos limites entre os estados de Minas Geraes e Goyaz.** Rio de Janeiro: Instituto Muniz Barreto, 1924.

VARGAS, Ana Cláudia. O que houve com nossas cidades? **Cidades Vivas.** Hipertexto. 24 ago. 2006. Disponível em http://cidadesvivas.blogspot.com/ Acesso em 18 mai. 2009.

WIRTH, John. **O fiel da balança.** Minas Gerais na federação (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Artigo recebido em 30/04/2012, aceito para publicação em 08/11/2012 e publicado em 20/12/2012.